



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

CONCURSO PÚBLICO

1. PROVA OBJETIVA
Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos

ESPECIALISTA AMBIENTAL I
Gestão Governamental em Meio Ambiente

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 70 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ PREENCHA COM SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO OS ESPAÇOS RESERVADOS NA CAPA DESTES CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 4 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Número de inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Qual será o futuro da Amazônia?

Do futuro da Amazônia depende o futuro de todos nós. Está claro nos resultados das pesquisas científicas que a floresta é fundamental para a regulação do clima da Amazônia e do restante da América do Sul, com fortes relações com o clima global. Como o clima está mudando em todo o mundo, se as florestas da Amazônia continuarem a desaparecer, as perspectivas não são boas. Entretanto nem tudo está perdido e existem razões para manter acesa a chama da esperança.

A história da humanidade não é linear, felizmente. A queda do muro de Berlim, que marcou história no final do século passado, não era previsível dois anos antes. Modelos científicos de previsão de mudanças climáticas globais são ferramentas úteis para lidar, de forma científica, com análise dos cenários para o nosso futuro comum. O modelo do Hardley Center, por exemplo, prevê que a totalidade das florestas amazônicas desaparecerá até 2050. O modelo feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aponta para uma perda de aproximadamente 50% no mesmo período. O que varia entre os modelos são os pressupostos teóricos e a magnitude das variáveis. O que importa é que todos apontam para o fim das florestas amazônicas, uns um pouco mais cedo, outros um pouco mais tarde.

Como podemos, pois, alimentar a chama da esperança? A ciência nos diz que, se mudarmos radicalmente o padrão de desenvolvimento em todo o mundo, o processo de mudanças climáticas se estabilizará num patamar razoável para a sobrevivência humana. Para isso, precisamos de uma nova consciência ambientalista, de caráter global. Os modelos científicos não incorporam mudanças abruptas que acontecem no comportamento humano, como ocorreu em Berlim.

Podemos também alimentar a chama da esperança focando nos casos positivos que acontecem na Amazônia. O caso do Estado do Amazonas é exemplar. Há cerca de cinco anos, o governo do Estado distribuía motosserras gratuitamente. Ainda que hoje nos pareça chocante, o que estava por trás disso era uma visão de mundo muito comum em toda a história do Brasil. As florestas nativas sempre foram vistas como um estorvo para o desenvolvimento. Na mata Atlântica, conseguimos acabar com tudo, ou quase tudo, que tínhamos: sobraram algo como 7% escondidos em fundo de vale e encostas íngremes. Sobrou também uma crescente indignação diante desse massacre, infelizmente tarde demais. O que temos de novo é que uma nova consciência ambientalista começa a ganhar escala, enquanto ainda há tempo para mudar o rumo da história amazônica.

(Grandes Reportagens, O Estado de S.Paulo, dezembro de 2007. Adaptado)

- 01.** Assinale a alternativa que sintetiza, respectivamente, os sentidos de cada um dos três primeiros parágrafos.
- (A) Inviabilidade para o futuro da Amazônia/ modelos científicos com pressupostos comuns/ impossibilidade de nova consciência ambientalista.
 - (B) Perspectivas promissoras para a Amazônia/ conclusões inadequadas das ciências/ o avanço das ciências em face do comportamento humano.
 - (C) Incerteza do futuro da humanidade/ a linearidade da história humana/ sobrevivência humana ameaçada.
 - (D) Possibilidades promissoras para a Amazônia/ conclusões comuns entre os vários modelos científicos/ mudança radical diante de nova consciência ambientalista.
 - (E) Projeção desastrosa para o futuro da Amazônia/ divergência quanto às conclusões dos modelos científicos/ mudanças mínimas no padrão de desenvolvimento.
- 02.** De acordo com o segundo parágrafo, os modelos científicos
- (A) tornam-se instrumentos pouco precisos na avaliação dos dados sobre o meio ambiente.
 - (B) perdem de vista as diretrizes científicas na projeção de mudanças quanto ao futuro do meio ambiente.
 - (C) revelam-se pertinentes para lidar com os imprevistos inerentes à história da humanidade.
 - (D) trabalham com hipóteses otimistas quanto às mudanças favoráveis ao futuro da Amazônia.
 - (E) divergem quanto aos pressupostos, mas coincidem quanto à projeção do futuro da Amazônia.
- 03.** Lendo-se o último parágrafo, conclui-se que a distribuição gratuita de motosserras decorreu
- (A) do fato de que o estado do Amazonas busca a exemplaridade nos cuidados com a floresta.
 - (B) de um costume arraigado entre os povos da região na mecanização dos trabalhos na floresta.
 - (C) de uma concepção equivocada das relações entre desenvolvimento e floresta nativa.
 - (D) de técnicas de adequação entre o uso de máquinas e o aproveitamento dos recursos florestais.
 - (E) da adoção, por parte do governo amazonense, de políticas de conscientização ambiental.

Considere o trecho para responder às questões de números **04 e 05**.

Como o clima está mudando em todo o mundo, se as florestas da Amazônia continuarem a desaparecer, as perspectivas não são boas. Entretanto nem tudo está perdido e existem razões para manter acesa a chama da esperança.

04. Assinale o que for correto sobre o trecho.

- (A) A oração – ... *se as florestas da Amazônia continuarem a desaparecer* ... – está corretamente reescrita em: ... caso as florestas da Amazônia continuem a desaparecer ...
- (B) A conjunção *Como*, no contexto, poderia ser substituída por *Embora*.
- (C) A oração – *Entretanto nem tudo está perdido* ... – pode ser iniciada, sem prejuízo do sentido, pela conjunção *Pois*.
- (D) A conjunção *e* estabelece entre as orações – *Entretanto nem tudo está perdido e existem razões* ... – uma relação de alternância.
- (E) A oração ... *se as florestas da Amazônia continuarem a desaparecer*, no contexto, tem o mesmo sentido do trecho destacado em: Hoje, podemos dizer ao caboclo *que a floresta vale mais em pé do que derrubada*.

05. Assinale a alternativa correta quanto à correlação do tempo verbal.

- (A) Se as florestas da Amazônia continuassem a desaparecer, as perspectivas não serão boas.
- (B) Se as florestas da Amazônia continuassem a desaparecer, as perspectivas não seriam boas.
- (C) É possível que as florestas da Amazônia continuariam a desaparecer.
- (D) As perspectivas não serão boas, se as florestas da Amazônia continuavam a desaparecer.
- (E) As perspectivas não foram boas, se as florestas da Amazônia continuarão a desaparecer.

06. Considere estas frases:

... *o processo* de mudanças climáticas se estabilizará num patamar razoável...

Sobrou também *uma crescente indignação* ...

... *o governo* do Estado distribuía motosserras ...

Se as expressões destacadas nas frases fossem usadas no plural, os verbos assumiriam, respectivamente, as seguintes formas:

- (A) se estabilizarão / sobrou/ distribuíram
- (B) se estabilizará/ sobraram / distribuiria
- (C) se estabilizarão/ sobraram/ distribuiu
- (D) se estabilizará/ sobraram/ distribuiriam
- (E) se estabilizarão/ sobraram/ distribuam

07. Assinale a alternativa em que a barra deve ser trocada por dois pontos.

- (A) Exótica e esplendorosa, mas tratada com ambigüidade e distanciamento/ a Amazônia pode ser salva.
- (B) Quando um paulista bebe um copo d'água/ está bebendo água amazônica.
- (C) Com seu mistério e sua importância vital/ a Amazônia é um irresistível objeto de interesse e curiosidade.
- (D) O que parece ser uma floresta é um mosaico de paisagens e ecossistemas diferenciados/ planaltos, depressões, montanhas, terrenos alagados, rios de todos os tamanhos, águas de cores variadas.
- (E) Enquanto 200 mil turistas brasileiros visitaram a Disney World/ apenas 150 mil visitaram o estado do Amazonas.

Leia o poema para responder às questões de números **08 a 10**.

Prece de amazonense em São Paulo

Espírito do Amazonas, me ilumina,
e sobre o caos desta metrópole,
conserva em mim ao menos um fio
do que fui na minha infância.
Não quero ser pássaro em céu de cinzas
nem amargar noites de medo
nas marginais de um rio que não renasce.
O outro rio, sereno e violento,
é pátria imaginária,
paraíso atrofiado pelo tempo.
Amazonas:
Tua ânsia de infinito ainda perdura?
Ou perdi precocemente toda a esperança?
Espírito amazonense, tímido talvez,
e desconfiado para sempre,
não me fujas em São Paulo,
nem me deixes à mercê
dos pesadelos que incendeiam o mundo.
Se o Brasil te conhecesse
antes do fim que se aproxima,
salvaria tua beleza? Teus seres desencantados?
Abre a janela de um barco
ante meus olhos,
e que ao teu profundo rio conduza
a memória de línguas estranhas
e tantas histórias ocultadas:
Amazonas.

(Milton Hatoum. Adaptado)

08. Pode-se afirmar, de acordo com o poema, que

- (A) entre um rio que não renasce e o outro, sereno e violento, interpõe-se a afetividade do poeta.
- (B) o poeta nutre por São Paulo e pelo rio Amazonas sentimentos equivalentes.
- (C) os que destroem a floresta, mais cedo ou mais tarde, acabam recebendo punição.
- (D) nem mesmo a ciência é capaz de apreender a magnitude dos encantos e mistérios do Amazonas.
- (E) ao poeta cabe apagar as lembranças desencadeadas pelo espírito do rio Amazonas.

09. Assinale a alternativa com o uso correto dos pronomes, se fosse empregada a terceira pessoa nos versos:

Se o Brasil te conhecesse
antes do fim que se aproxima,
salvaria tua beleza? Teus seres desencantados?

- (A) Se o Brasil te conhecesse/ antes do fim que se aproxima,/ salvaria sua beleza? Teus seres desencantados?
- (B) Se o Brasil o conhecesse/ antes do fim que se aproxima,/ salvaria sua beleza? Seus seres desencantados?
- (C) Se o Brasil o conhecesse/ antes do fim que se aproxima,/ salvaria tua beleza? Seus seres desencantados?
- (D) Se o Brasil lhe conhecesse/ antes do fim que se aproxima,/ salvaria sua beleza? Seus seres desencantados?
- (E) Se o Brasil lhe conhecesse/ antes do fim que se aproxima,/ salvaria sua beleza? Teus seres desencantados?

10. Atente para as afirmações:

I. Está correto o uso da crase na alteração dos versos – *Abre a janela de um barco/ante meus olhos*: Abre a janela de um barco/ frente à meus olhos ...

II. Nos versos – *Ou perdi precocemente toda a esperança?/ Espírito amazonense, tímido talvez/* – os advérbios em destaque se classificam como advérbios de modo.

III. No verso – *Não quero ser pássaro em céu de cinzas* – há emprego de linguagem figurada.

IV. Na série de palavras – *infância, imaginária, histórias* – todas elas se enquadram na mesma regra de acentuação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. O diretor de uma imobiliária está selecionando uma equipe com exatamente dois corretores brasileiros e dois corretores estrangeiros. Os corretores brasileiros que podem ser selecionados são Alberto, Bruno, Carlos e Diogo. E os corretores estrangeiros que podem ser selecionados são Émerson, Félix e Gabriel. Todavia, há algumas incompatibilidades: Alberto não trabalha com Bruno; Félix não trabalha com Alberto; e Carlos não trabalha com Gabriel. Se Alberto for selecionado, os outros três membros da equipe deverão ser

- (A) Gabriel, Félix e Bruno.
- (B) Émerson, Gabriel e Carlos.
- (C) Diogo, Carlos e Félix.
- (D) Gabriel, Diogo e Émerson.
- (E) Bruno, Gabriel e Émerson.

12. Pedro colhe uma caixa de laranjas em 60 minutos. Leandro colhe uma caixa de laranjas em 40 minutos. Logo, trabalhando em ritmo constante e de modo independente, juntos eles colhem uma caixa de laranjas em

- (A) 20 minutos.
- (B) 24 minutos.
- (C) 30 minutos.
- (D) 32 minutos.
- (E) 36 minutos.

13. No ano passado, todos os novos assinantes do Diário do Galo informaram corretamente como souberam pela primeira vez da existência do jornal. Cada um apresentou uma única maneira dentre três possíveis: por um amigo assinante; por um amigo não assinante; em uma banca de revistas. As seguintes informações foram coletadas:

- 440 não conheceram o jornal por um amigo assinante;
- 470 não conheceram o jornal por um amigo não assinante;
- 590 não conheceram o jornal em uma banca de jornal.

Com isso, conclui-se que no ano passado o número total de novos assinantes do Diário do Galo foi igual a

- (A) 680.
- (B) 730.
- (C) 750.
- (D) 780.
- (E) 830.

14. No Windows Vista Home Basic, em sua configuração original, para fazer com que um tipo de arquivo sempre seja aberto por um software específico é necessário acessar a seguinte opção do Painel de Controle:
- (A) Aparência e Personalização.
 (B) Gerenciador de Dispositivos.
 (C) Personalização.
 (D) Programas e Recursos.
 (E) Programas Padrão.
15. Observando as opções da janela Parágrafo do Word XP, na sua configuração padrão, para criar um recuo na primeira linha de um parágrafo selecionado, é necessário



- (A) escolher, no quadro Geral, a opção Recuo na lista Alinhamento e Primeira linha na lista Nível do tópico.
 (B) digitar o deslocamento no box Esquerdo do quadro Recuo.
 (C) selecionar a opção Primeira linha na lista Especial do quadro Recuo e definir o espaçamento em Por.
 (D) selecionar a opção Deslocamento na lista Entre linhas do quadro Espaçamento e definir o espaçamento no Em.
 (E) selecionar a opção Primeira linha na lista Entre linhas do quadro Espaçamento e definir o espaçamento no Em.

16. Ao definir uma macro no Excel XP, é possível criar um atalho do teclado para sua execução. Esse atalho pode ser composto pela tecla _____ + uma letra minúscula definida pelo usuário. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.
- (A) INS
 (B) CTRL
 (C) ENTER
 (D) HOME
 (E) SHIFT

17. A primeira Constituição Federal brasileira que dedicou um capítulo específico ao meio ambiente foi
- (A) a Constituição Federal de 1934.
 (B) a Constituição Federal de 1937.
 (C) a Constituição Federal de 1946.
 (D) a Constituição Federal de 1967.
 (E) a Constituição Federal de 1988.
18. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ambientais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes
- (A) às emendas constitucionais.
 (B) às leis complementares.
 (C) às leis ordinárias.
 (D) aos decretos legislativos.
 (E) às resoluções.
19. Diante da preocupação com a extinção de espécies, pode-se afirmar que o Código de Caça brasileiro (Lei n.º 5.197, de 03 de janeiro de 1967), prevê que
- (A) é permitido o exercício da caça profissional.
 (B) apenas espécies de peixes exóticos poderão ser introduzidas no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida na forma da Lei.
 (C) somente é permitida a exportação para o Exterior, de peles e couros de anfíbios e répteis, em bruto.
 (D) as licenças de caçadores serão concedidas mediante pagamento de uma taxa anual equivalente a um décimo do salário-mínimo mensal.
 (E) o pagamento das licenças, registros e taxas previstos nessa lei será recolhido à Caixa Econômica Federal, em conta especial, a crédito do Fundo Federal Agropecuário, sob o título "Recursos da Fauna".
20. De acordo com a política nacional de irrigação, estabelecida pela Lei n.º 6.662/79, a concessão ou a autorização de distribuição de águas públicas, para fins de irrigação, não se extingue na seguinte hipótese:
- (A) inadimplemento.
 (B) caducidade.
 (C) despoluição ou dessalinização das águas, com prejuízos de terceiros.
 (D) dissolução ou insolvência da entidade concessionária ou autorizada.
 (E) encampação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Assinale a alternativa que corretamente enuncia e descreve um princípio constitucional da Administração Pública.
- (A) Princípio da legalidade – O administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, sob pena de praticar ato inválido. A eficácia de toda a atividade administrativa está condicionada ao atendimento das previsões legais.
 - (B) Princípio da moralidade – O controle jurisdicional dos atos administrativos se restringe ao exame da legalidade do ato administrativo, mas por legalidade ou legitimidade entende-se não somente a conformação do ato com a lei, como também a moral administrativa e com o interesse público.
 - (C) Princípio da impessoalidade – O princípio da impessoalidade impõe que o administrador pratique o ato para o seu fim legal, a finalidade pública, sendo impedido de buscar outro objetivo, seu ou de terceiros, mas sempre o interesse público, que nunca coincidirá com os interesses dos particulares.
 - (D) Princípio da publicidade – O princípio da publicidade impõe a divulgação oficial dos atos, para que se tornem de conhecimento público e possam surtir efeitos perante as partes e terceiros. Com a publicidade, atos irregulares se convalidam e se tornam exequíveis e exigíveis.
 - (E) Princípio da eficiência – O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. No entanto, afere-se a eficiência da administração em relação ao administrado, não podendo servir como elemento objetivo de aferimento de merecimento e promoção do funcionário, individualmente considerado.
22. A Administração Pública Estadual pretende alienar imóvel de sua propriedade, pois não encontra finalidade pública em utilizá-lo, seja para prestação de serviços à população ou local de trabalho de servidores, por considerar a sua localização inapropriada. A aquisição do imóvel não derivou de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento e este está avaliado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). A licitação a ser adotada, nesse caso, é na forma de
- (A) pregão.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) leilão.
 - (E) concorrência.
23. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) Provimento efetivo é o que se faz em cargo público, mediante nomeação por concurso público, assegurado ao servidor, após três anos de exercício, o direito de permanência no cargo, podendo perdê-lo somente por sentença judicial, por processo administrativo no qual seja assegurada ampla defesa ou por procedimento de avaliação periódica de desempenho no qual também deve ser assegurada a ampla defesa.
 - (B) A exoneração, como forma de vacância de cargo público, consiste em penalidade, ocorrendo *ex officio*, por ato da autoridade competente, em decorrência da prática de ilícito administrativo pelo servidor, tendo o efeito e a finalidade de desligar o servidor dos quadros do funcionalismo.
 - (C) Provimento vitalício é o que se faz em cargo público, mediante nomeação, assegurando ao funcionário o direito à permanência no qual só pode ser destituído por sentença judicial transitada em julgado. A vitaliciedade somente é possível em relação aos cargos expressamente previstos na Constituição Federal, como no caso dos membros da Magistratura e do Ministério Público.
 - (D) Vacância é o ato administrativo pelo qual o servidor é destituído do cargo, emprego ou função. A vacância pode decorrer da exoneração, demissão, aposentadoria, promoção ou falecimento do servidor público.
 - (E) A vacância se dá quando o servidor toma posse em outro cargo inacumulável ou por readaptação, que é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, conforme verificada por inspeção médica.
24. Uma determinada empresa realiza, por força de contrato administrativo com a Municipalidade, serviço de transporte coletivo nos limites geográficos desse ente federativo. A empresa recebe uma determinada remuneração, proveniente da tarifa paga pelos usuários, determinada em lei pela Municipalidade. No entanto, a Câmara Municipal aprova lei que isenta da tarifa várias categorias de pessoas, como idosos, pessoas com deficiência, entre outros. A empresa refaz seus cálculos e conclui que passará a receber menos, pelo mesmo serviço prestado, em razão do impacto econômico que tal gratuidade causará. Nesse caso, a Municipalidade é obrigada a compensar a empresa, a fim de que seja mantida a proporcionalidade entre os encargos e as vantagens previstos no contrato por força
- (A) das cláusulas contratuais de direito privado.
 - (B) do controle e fiscalização do contrato.
 - (C) da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro.
 - (D) da exceção de contrato não cumprido.
 - (E) da rescisão de pleno direito.

25. Assinale a alternativa correta.

- (A) Aos servidores públicos nomeados para cargos efetivos, é garantida a estabilidade, após três anos de estágio probatório. Como decorrência da estabilidade, surgem as figuras da reintegração (reingresso do servidor público demitido, quando invalidada sua demissão), da disponibilidade (garantia de inatividade, não remunerada, se o cargo foi extinto ou declarada sua desnecessidade, mas com a manutenção do vínculo com o Estado) e do aproveitamento (reingresso do servidor público em disponibilidade).
- (B) De acordo com a Emenda Constitucional n.º 19/98, são estáveis os servidores após três anos de efetivo exercício. Anteriormente à Emenda, a Constituição Federal previa o prazo de dois anos. Assim, o prazo de três anos aplicou-se aos novos servidores que ingressaram em cargos públicos e àqueles que já se encontravam no exercício do cargo, mas ainda não haviam adquirido a estabilidade.
- (C) Distingue-se cargo público de emprego público em razão da espécie de vínculo que o servidor mantém com o Estado. Enquanto o ocupante de cargo público tem um vínculo estatutário, o ocupante de emprego público tem uma relação de vínculo contratual, regida pela Consolidação das Leis Trabalhistas. A função, a seu turno, é um conjunto de atribuições às quais não corresponde um cargo ou emprego público.
- (D) Os detentores de cargo público ou emprego público podem adquirir a estabilidade nos termos do artigo 41 da Constituição Federal. A função pública, por sua vez, não guarda qualquer relação com a estabilidade, por se tratar de atribuição ou conjunto de atribuições que a Administração confere ao servidor, normalmente sendo remunerada por *pro labore*.
- (E) O servidor estável, ocupante de cargo ou emprego público, somente poderá perder seu cargo em duas hipóteses: sentença judicial transitada em julgado, ou procedimento de avaliação periódica de desempenho, disciplinado por lei complementar, no qual seja assegurada a ampla defesa.

26. Pregão é a modalidade de licitação para _____ de bens e serviços comuns, qualquer que seja o _____ estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão _____. O pregão é peculiar em relação às demais modalidades de licitação porque comporta propostas _____ e lances verbais.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, a frase.

- (A) alienação ... valor ... pública ... por escrito
- (B) aquisição ... montante ... pública ... prévias
- (C) alienação ... valor ... fechada ... prévias
- (D) aquisição ... valor ... pública ... por escrito
- (E) alienação ... valor ... pública ... prévias

27. Assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme o previsto no texto constitucional, a criação de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações deverá ser efetuada por lei de competência do ente federativo responsável por esses entes.
- (B) A criação de subsidiárias de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações independe de autorização legislativa, sendo decisão desses órgãos autônomos e descentralizados. No entanto, a participação de qualquer um desses entes em empresa privada necessita de autorização legislativa.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros não havendo previsão de direito de regresso contra o responsável, independentemente de existência de dolo ou culpa.
- (D) A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao contratar obras, serviços, compras e alienações, deverá preceder tais contratos de licitação pública, que excepcionalmente não ocorrerá, nos casos especificados pela legislação, que vem a ser a Lei Federal n.º 8.666/93.
- (E) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato a ser firmado entre seus administradores e empresas privadas, que tenham por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

28. Leia as seguintes afirmações:

- I. A inexigibilidade e a dispensa de licitação são hipóteses legais em que a licitação não é efetuada. A inexigibilidade se dá por decisão da entidade contratante, mas sempre contemplando uma das hipóteses previstas no artigo 24 da Lei Federal n.º 8.666/93 ou de licitação dispensada pela própria Lei Federal n.º 8.666/93. A dispensa de licitação se dá quando não há possibilidade de concorrência para a contratação, como, por exemplo, a prevista na Lei Federal n.º 8.666/93, para a contratação de profissional artístico.
- II. Os princípios que regem o procedimento licitatório são legalidade, moralidade, impessoalidade, igualdade, publicidade, proibição administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, tratando-se de princípios não positivados, posto que não constam da Lei Federal n.º 8.666/93, derivando de elaboração doutrinária.
- III. Licitação é o procedimento administrativo vinculado pelo qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. A licitação visa a um duplo objetivo, assegurar a todos a concorrerem às contratações com a Administração e possibilitar a celebração do melhor contrato para a Administração.
- IV. A Constituição Federal impôs a exigência de licitação para obras, serviços, compras e alienações efetuados pela Administração direta e indireta. Compete à União legislar sobre normas gerais de licitação, o que resultou na edição da Lei Federal n.º 8.666/93.

Somente estão corretas as afirmações

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

29. A organização social é a qualificação jurídica dada à pessoa jurídica de direito _____, sem fins lucrativos, instituída pela iniciativa _____, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de _____, para desempenhar serviço público de natureza social. A qualificação como organização social é um _____ atribuído a este ente, que é outorgado ou cancelado pelo Poder Público.

Assinale a alternativa que contém as palavras que completam, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) público ... privada ... parceria ... título
- (B) privado ... privada ... gestão ... título
- (C) privado ... pública ... parceria ... poder
- (D) privado ... privada ... gestão ... poder
- (E) privado ... privada ... parceria ... título

30. O contrato com a Administração Pública não poderá ser alterado

- (A) unilateralmente pela contratada, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93.
- (B) por acordo das partes, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, ou ainda do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- (C) unilateralmente pela administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- (D) por acordo das partes, quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- (E) por acordo das partes, quando conveniente a substituição da garantia de execução do contrato firmado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Diante de um eventual conflito entre normas federais e estaduais, sobre tema específico submetido à competência concorrente, determina a Constituição que

- (A) deve prevalecer a norma estadual, visto que a autonomia dos Estados é o ponto de partida da ordem federativa.
- (B) deve prevalecer a norma federal, visto que a competência estadual é remanescente.
- (C) deve prevalecer a norma mais recente.
- (D) deve prevalecer a norma federal geral superveniente, visto que esta suspende a eficácia da norma estadual que a contrarie.
- (E) deve prevalecer a norma federal, visto que a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência dos Estados.

32. É garantia constitucional coletiva:

- (A) mandado de segurança individual.
- (B) ação popular.
- (C) *habeas corpus*.
- (D) *habeas data*.
- (E) ação de cobrança.

33. Considere as afirmações.

- I. A supremacia formal existe nas constituições flexíveis e históricas.
- II. Um dos elementos de estabilização constitucional são os direitos e garantias fundamentais.
- III. Direito Constitucional positivo sistematiza uma série de princípios, conceitos e instituições que se façam presentes em diversos ordenamentos constitucionais para classificá-los e produzir uma sistematização única.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Os itens I, II e III estão incorretos.
- (C) Os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Apenas o item III está correto.
- (E) Apenas os itens II e III estão corretos.

34. São direitos de prestação ou liberdades positivas os direitos

- (A) civis.
- (B) políticos.
- (C) culturais.
- (D) relativos ao patrimônio comum.
- (E) relativos ao meio ambiente saudável.

35. No tocante às finanças públicas, assinale a alternativa errada.

- (A) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- (B) Lei complementar disporá sobre a concessão de garantias pelas entidades públicas.
- (C) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.
- (D) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central.
- (E) É permitido ao Banco Central conceder empréstimos ao Tesouro Nacional.

- 36.** As competências constitucionais para legislar “sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição” e “sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente” são
- (A) exclusivas da União, no que tange à responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- (B) comuns, apenas à União e aos Estados.
- (C) comuns à União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios.
- (D) exclusivas da União, exceto no que tange à responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- (E) concorrentes para a União e somente para o Município onde se derem os fatos.
- 37.** Promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos são funções institucionais do
- (A) Ministério do Meio Ambiente e do Judiciário, em conjunto.
- (B) Ministério Público.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Supremo Tribunal Federal.
- (E) Superior Tribunal de Justiça e do Ministério Público, em conjunto.
- 38.** A importância da sociedade civil é reconhecida pela atual Constituição Federal, que prevê, em seu artigo 61, § 2.º, que a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação
- (A) ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (B) à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (C) à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, três por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por quatro Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (D) à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento do conjunto dos eleitores brasileiros.
- (E) à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por dois Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- 39.** É correto afirmar que
- (A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- (B) o prazo de validade do concurso público será de até cinco anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender à necessidade de excepcional interesse público.
- (D) os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (E) é permitida a acumulação remunerada de quaisquer cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários.
- 40.** É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ainda que haja compatibilidade de horários, no caso de
- (A) dois cargos técnicos ou científicos.
- (B) dois cargos de professor.
- (C) um cargo de professor e outro técnico ou científico.
- (D) dois cargos privativos de médico.
- (E) um cargo de professor e outro privativo de médico.
- 41.** Conforme o artigo 37 da atual Constituição Federal, a Administração Pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, a outras condições. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.
- (A) Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.
- (B) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (C) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente a brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- (D) A investidura em qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (E) É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, sem ressalvas.

42. No campo da Teoria das organizações, que busca regras ideais para reger as organizações, três autores da chamada Escola Clássica da Administração são destacados: Frederick W. Taylor, Henry Fayol e Max Weber. Tendo em vista os diferentes enfoques e metodologias desses autores, assinale a alternativa correta.
- (A) Taylor foi o criador da Organização Científica do Trabalho e priorizou o estudo do tempo e dos movimentos num sistema de produção.
 - (B) Max Weber preocupou-se exclusivamente com a análise da estrutura hierárquica das organizações, sem considerar o tempo e os movimentos.
 - (C) Max Weber foi o pai da Organização Científica do Trabalho e se preocupou exclusivamente com o estudo do tempo e dos movimentos num sistema de produção fechado ao meio ambiente.
 - (D) Taylor preocupou-se exclusivamente com a análise da estrutura hierárquica das organizações, sem considerar o tempo e os movimentos nas atividades de produção.
 - (E) Henry Fayol foi o criador da Organização Científica do Trabalho e se preocupou exclusivamente com o estudo do tempo e dos movimentos sem tratar dos aspectos hierárquicos.
43. O Plano Plurianual da União
- (A) somente pode ser aprovado por lei complementar.
 - (B) deve ser elaborado por iniciativa da Câmara dos Deputados, que o submeterá à sanção do Senado.
 - (C) tem vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente.
 - (D) deve ser elaborado de cinco em cinco anos.
 - (E) conterá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas correntes dos quatro anos de sua vigência.
44. O projeto da Lei das Diretrizes Orçamentárias conterá
- (A) as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - (B) autorização para operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, mesmo que sejam os últimos três meses de mandato do Chefe do Poder Executivo.
 - (C) a política de obtenção de recursos das agências oficiais de fomento.
 - (D) a previsão de créditos adicionais para o exercício financeiro corrente.
 - (E) permissão para a concessão de vantagens ou aumento de remuneração a empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.
45. Em relação à elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual, é correto afirmar que
- (A) as propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como a do Ministério Público, independem dos limites fixados pela Lei das Diretrizes Orçamentárias, que somente são aplicados à proposta do Poder Executivo.
 - (B) o projeto de lei orçamentária anual poderá ser objeto de emendas por parte do Poder Legislativo, mesmo que essas emendas não indiquem os recursos necessários à sua consecução.
 - (C) poderão constar da Lei Orçamentária Anual dotações para investimentos de longo prazo que não estejam previstos no Plano Plurianual, desde que autorizados pela Lei das Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) o projeto de Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, desde que haja prévia autorização legislativa por maioria absoluta.
 - (E) aprovada a Lei Orçamentária Anual, os créditos orçamentários e suas dotações serão registrados em sistema específico do Tribunal de Contas, que é o órgão encarregado da execução orçamentária.
46. Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000),
- (A) empresa estatal dependente é a sociedade em que o ente público detenha a maioria das ações do capital social, votante ou não votante.
 - (B) o projeto da Lei Orçamentária Anual deverá conter reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante foram estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
 - (C) a despesa total com pessoal não poderá exceder a 70% da receita líquida corrente nos Estados e Municípios.
 - (D) considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a cinco exercícios.
 - (E) é permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, desde que previamente autorizada na Lei das Diretrizes Orçamentárias.

47. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, se verificado, ao final de um _____, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado _____ estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, _____ de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei _____.

- (A) bimestre ... primário ou nominal ... limitação ... orçamentária anual
- (B) trimestre ... primário ou operacional ... sub-rogação ... orçamentária anual
- (C) quadrimestre ... operacional ou nominal ... limitação ... orçamentária anual
- (D) trimestre ... primário ou operacional ... sub-rogação ... de diretrizes orçamentárias
- (E) bimestre ... primário ou nominal ... limitação ... de diretrizes orçamentárias

48. Em conformidade com uma adequada administração do patrimônio público, o artigo 44 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de

- (A) despesa corrente, como a amortização da dívida pública.
- (B) despesa de capital.
- (C) despesa de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (D) despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (E) despesa corrente, mesmo que não seja destinada por lei ao pagamento de direitos estatutários dos servidores públicos.

49. É correto afirmar que

- (A) tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (B) concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas.
- (D) leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- (E) concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

50. “A Lei n.º 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pertinentes a obras, serviços,

- (A) compras e alienações, excluídas as locações e a publicidade”.
- (B) compras, alienações e locações, excluída a publicidade”.
- (C) inclusive de publicidade, compras, alienações e locações”.
- (D) inclusive de publicidade, compras, alienações, excluídas as locações”.
- (E) compras e locações, excluídas a publicidade e a alienações de bens”.

51. A modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei n.º 10.520/2002 e regulamentada pelo Decreto n.º 5.450/2005,
- (A) pode ser utilizada pela administração pública para compra de qualquer tipo de bem ou serviço.
 - (B) quando realizada na forma eletrônica, não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.
 - (C) dispensa a elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas.
 - (D) implica a designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, que poderá ocorrer para o período máximo de seis meses, não se admitindo reconduções.
 - (E) implica o credenciamento somente de empresas nacionais, não se admitindo a participação de empresas estrangeiras.
52. Contratualização refere-se à autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, que poderá ser ampliada mediante contrato, firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, prevista pelo § 8.º do artigo 37 da Constituição Federal (Emenda Constitucional n.º 19, de 1998). Nesse âmbito, caberá à lei dispor sobre
- (A) o prazo de duração do contrato e a remuneração do pessoal, sem poder tratar de outros aspectos ligados aos controles e avaliação de desempenho relacionados aos contratos.
 - (B) os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes e sobre a remuneração do pessoal, sendo que o prazo de duração e os controles e critérios de avaliação de desempenho serão fixados unilateralmente pelo Poder Executivo.
 - (C) o prazo de duração do contrato e sobre controles e critérios de avaliação de desempenho, sendo que a remuneração do pessoal será decidida privativamente pela diretoria da entidade.
 - (D) a remuneração do pessoal envolvido, apenas.
 - (E) os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes, sobre o prazo de duração do contrato e sobre a remuneração do pessoal.
53. Analise as seguintes afirmações a respeito da natureza e características das agências reguladoras:
- I. As agências reguladoras somente podem ser criadas e extintas por lei.
 - II. Os dirigentes das agências reguladoras têm mandato fixo.
 - III. Os recursos utilizados pelas agências reguladoras provêm do orçamento do Poder Legislativo que as controla.
 - IV. As agências controladoras são autarquias especiais que não estão sujeitas às normas de licitação de bens e serviços que são aplicável ao poder público.
- Estão corretas apenas
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
54. Entre as entidades que compõem a Administração Indireta, encontram-se as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, sendo que
- (A) sociedades de economia mista são aquelas em que o poder público detém a totalidade das ações.
 - (B) autarquias não apresentam orçamento e contas próprias, nem quadro próprio de pessoal.
 - (C) empresas públicas são aquelas em que o poder público detém a maioria simples das ações, juntamente com o setor privado.
 - (D) empresas públicas são aquelas em que o poder público detém a totalidade das ações.
 - (E) fundações apresentam orçamento e contas próprias, mas não têm quadro próprio de pessoal.
55. Assinale a afirmação correta sobre a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).
- (A) As instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais podem se qualificar como OSCIP.
 - (B) É vedada a participação de servidores públicos na composição do conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
 - (C) Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação designada exclusivamente pelo órgão público parceiro da OSCIP.
 - (D) É permitida às entidades qualificadas como OSCIP a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.
 - (E) Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, ele será gravado com cláusula de inalienabilidade.

56. A Conferência Rio 92, realizada entre 03 e 14 de junho de 1992, no Município do Rio de Janeiro, foi um evento internacional promovido pela Organização das Nações Unidas, cujo objetivo principal foi
- (A) identificar os principais problemas ambientais do planeta.
 - (B) buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação e proteção dos ecossistemas do planeta.
 - (C) promover a preservação ambiental da região amazônica.
 - (D) promover a preservação ambiental do Pantanal Mato-Grossense.
 - (E) promover a preservação ambiental da América do Sul.
57. Diante do quadro internacional de atenção com as questões ambientais, a Agenda 21 é um
- (A) documento internacional composto por 21 objetivos ambientais a serem cumpridos pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas.
 - (B) documento internacional sobre preservação ambiental, assinado por 21 Estados do mundo.
 - (C) plano de ação ambiental a ser adotado de maneira global, nacional e local, através da Organização das Nações Unidas, dos Estados e das organizações das sociedades, tratando do impacto da ação humana no meio ambiente.
 - (D) plano de ação ambiental a ser adotado de maneira global, tratando de 21 problemas ambientais mundiais.
 - (E) documento internacional que estabelece o cumprimento de metas ambientais a serem cumpridas pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas, até 2021.
58. A concepção de desenvolvimento sustentável envolve
- (A) o uso racional dos recursos naturais, de maneira não degradante, não comprometendo a utilização desses mesmos recursos por futuras gerações.
 - (B) a criação de projetos ambientais economicamente sustentados pela Organização das Nações Unidas, para o desenvolvimento dos Estados em desenvolvimento.
 - (C) um programa mundial de reflorestamento, buscando promover o sustento econômico das comunidades carentes.
 - (D) a criação de projetos de preservação ambiental, mantendo fauna e flora intocáveis.
 - (E) o estabelecimento de projetos internacionais da Organização das Nações Unidas, para a proteção das comunidades indígenas.
59. No processo evolutivo das políticas ambientais brasileiras, a Constituição Federal de 1988 determina que
- (A) os recursos naturais da Serra do Mar não podem ser usados.
 - (B) os recursos naturais da Mata Atlântica não podem ser usados.
 - (C) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, o Cerrado e a Plataforma Continental são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
 - (D) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e o Cerrado são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
 - (E) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
60. A Lei Estadual paulista n.º 9.509, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, tem como princípio:
- (A) planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.
 - (B) definição, implantação e administração de espaços territoriais e seus componentes, representativos das áreas de reflorestamento ambiental.
 - (C) realização periódica de auditorias ambientais nas áreas de reflorestamento ambiental.
 - (D) promoção da educação ambiental desde o ensino fundamental, com o fim de capacitar a população a desenvolver projetos ambientais.
 - (E) instituição de diretrizes para o desenvolvimento rural.
61. É objetivo da Política Estadual do Meio Ambiente:
- (A) a desincompatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
 - (B) a conscientização privada para a preservação do meio ambiente, através da divulgação de relatórios anuais sobre a qualidade ambiental no Estado, da divulgação de dados e informações ambientais e da promoção de exploração sustentável do meio ambiente.
 - (C) a imposição ao usuário da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao poluidor, da contribuição pela utilização dos recursos ambientais com fins educacionais.
 - (D) o estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
 - (E) o desenvolvimento de conscientização privada para o uso econômico do meio ambiente.

62. O poder público estadual, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá
- (A) Licença de Instalação (LI), na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos na fase de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais e federais de uso do solo e desenvolvimento.
 - (B) Licença Prévia (LP), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado.
 - (C) Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação.
 - (D) Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos na fase de localização, instalação e operação, observados apenas os planos estaduais de uso do solo e desenvolvimento.
 - (E) Licença de Instalação (LI), na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos na fase de localização, instalação e operação, observados apenas os planos estaduais de uso do solo e desenvolvimento.
63. O Decreto Estadual paulista n.º 47.400, de 04 de dezembro de 2002, determina que o órgão competente do SEAQUA
- (A) poderá apenas modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, não podendo suspender ou cancelar uma licença expedida.
 - (B) poderá, mediante decisão motivada, modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.
 - (C) poderá, mediante decisão motivada, apenas suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer superveniência de graves riscos socioeconômicos.
 - (D) poderá, mediante decisão motivada, modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, apenas quando ocorrer superveniência de graves riscos ambientais e educacionais.
 - (E) independentemente de motivação fundamentada, poderá modificar as medidas de controle e adequação ambiental, apenas cancelando uma licença já expedida, quando ocorrer superveniência de eventuais riscos à preservação da fauna.
64. Quanto a prazo de validade de licença ambiental, é correto afirmar que a licença de instalação deve conter, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a
- (A) 3 anos.
 - (B) 4 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 6 anos.
 - (E) 10 anos.
65. A Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, ao dispor sobre educação ambiental, estabelece que todos têm direito à educação ambiental, incumbindo
- (A) às instituições educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.
 - (B) às instituições educativas definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, exploração e melhoria do meio ambiente.
 - (C) aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama – promover ações de exploração ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.
 - (D) aos meios de comunicação de massa colaborar eventualmente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.
 - (E) aos meios de comunicação de massa colaborar permanentemente na definição de políticas públicas e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.
66. É princípio básico da educação ambiental:
- (A) a vinculação entre a educação, a economia e as práticas sociais.
 - (B) a eventual avaliação crítica do processo educativo.
 - (C) o reconhecimento à pluralidade e à diversidade econômica.
 - (D) a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural e a saúde, sob o enfoque da ética.
 - (E) o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
67. A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama, instituições educacionais
- (A) públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos apenas da União, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.
 - (B) públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.
 - (C) públicas dos sistemas de ensino, e os órgãos públicos apenas da União e organizações não-governamentais com atuação em saúde.
 - (D) públicas e privadas dos sistemas ambientais e os órgãos públicos de ensino da União.
 - (E) apenas públicas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos apenas da União, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

68. De acordo com o art. 7.º da Lei n.º 9.755/99, pode-se afirmar que educação ambiental não-formal corresponde
- (A) às medidas educativas voltadas à organização e à participação na defesa da qualidade de vida, saúde e meio ambiente.
 - (B) à sensibilização da sociedade para a importância das unidades de educação ambiental.
 - (C) à sensibilização ambiental dos agentes de saúde.
 - (D) à sensibilização ambiental das populações rurais.
 - (E) às ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.
69. O órgão gestor responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental tem por atribuição
- (A) a participação na negociação de financiamentos, programas e projetos na área de saúde ambiental.
 - (B) o planejamento integrado de medidas de formulação de políticas públicas, em âmbito federal.
 - (C) a articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional.
 - (D) a programação de seminários e congressos, nacionais e internacionais, para o desenvolvimento de pesquisas em questões éticas e ambientais.
 - (E) o desenvolvimento de programas de ciência e tecnologia ambiental, vinculados à atividade econômica do setor privado.
70. De acordo com a definição existente na legislação nacional vigente, unidade de conservação é
- (A) a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte, compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.
 - (B) o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.
 - (C) a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
 - (D) conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.
 - (E) o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

